

ARTIGO

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) – POSSIBILIDADES E DESAFIOS: EIXO PERU-BRASIL-BOLÍVIA¹

Resumo

Este trabalho visa analisar as relações do Brasil com o Peru e a Bolívia com base no Eixo Peru–Brasil–Bolívia da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a partir de sua incorporação pela UNASUL, em 2008, até o ano de 2014. Serão considerados a política externa brasileira e o projeto geopolítico dispensado à América do Sul para identificar as possibilidades e os desafios do processo de integração regional sul-americana promovido pelo Brasil, tendo como alicerce o âmbito social. A principal hipótese desse trabalho é que os ganhos comerciais dos atores envolvidos e a integração física, por si só e da forma que vem sendo implementada, não refletem em ganhos sociais no tocante às populações das localidades atingidas, podendo resultar em conflitos.

Palavras-Chave:

IIRSA; Política Externa; Integração Regional; América do Sul; Relações Internacionais.

Abstract

This paper aims to analyse Brazil relations' with Peru and Bolivia based on Peru–Brazil–Bolivia hub of the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) since it was incorporated by UNASUL, in 2008, up to 2014. The paper will take into account the Brazilian's Foreign Policy and its geopolitical project towards South America to identify possibilities and challenges involved in the process of regional integration of South America promoted by Brazil. Social scope is going to be the groundwork and the main hypothesis is that commercial gains and the physical integration alone, in the shape it's being implemented, do not reflect in social gains regarding the populations from reached localities, which can result in conflicts.

Keywords:

IIRSA; Foreign Policy; Regional Integration; South America; International Relations.

* Bacharel em Relações Internacionais; Aluna do Mestrado em Sociedade e Fronteiras da UFRR. E-mail: lima.suely@gmail.com

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Nos anos 1990, uma convergência entre os presidentes latino-americanos marcou a adesão dos Estados nacionais ao neoliberalismo. Sob o “paradigma normal” (neoliberal), a região, de forma passiva, seguiu regras estabelecidas pelas estruturas hegemônicas do capitalismo, deixando de induzir seu próprio desenvolvimento para reduzir a função do Estado a um papel de espectador do mercado, consignando ao Estado a função de “prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado a função de prover tudo o mais, sobretudo o próprio desenvolvimento” (CERVO, 2008, p. 77). A estratégia de política externa foi uma abertura econômica que transferiu a autonomia decisória ao centro capitalista e ao mercado:

O conjunto dessas instruções sugeria três dimensões de uma nova abertura – daí o sucesso desse termo na linguagem latino-americana: dos mercados de consumo, dos mercados de valores e do sistema produtivo e de serviços. Para realizar essa mudança de modelo, as táticas vinham anexas ao conjunto de instruções: eliminar o Estado empresário, privatizar os empreendimentos estatais, realizar superávit primário, proteger os capitais e os empreendimentos estrangeiros e adaptar as instituições e a legislação de modo a produzir esse novo marco regulatório (CERVO, 2008, p. 78).

Essas demandas impulsionaram o Regionalismo Aberto (RA)² que combinou uma ampla abertura econômica com integração regional ou bilateral fundamentada em preferências comerciais que, por ventura, mitigariam efeitos negativos da própria abertura. No caso brasileiro, ao enfraquecer o “paradigma desenvolvimentista”, o país atuou com “subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico” (CERVO, 2008, p. 82).

² O Regionalismo Aberto significa, nas palavras de Fábio Borges, “que a integração serviria para uma melhor inserção das economias da América Latina no cenário internacional e não apenas na própria região. Essa estratégia seria mais eficiente que a do Regionalismo Fechado que prevaleceu até os anos 1980 que visava diminuir o problema da deterioração dos termos de troca, sendo o mercado regional uma válvula de escape dos bens nacionalmente e pouco competitivos em termos mundiais. Nesse sentido, o modelo partia de dentro e fechava-se na própria região, vista como mera extensão do mercado interno. O chamado regionalismo aberto já é percebido como um instrumento do Estado para alcançar o desenvolvimento sustentável e a equidade social, ao alavancar os níveis de competitividade e produtividade em escala regional, ao promover e explorar as complementaridades econômicas entre os países do subcontinente e permitir uma harmonização de políticas e de normas que garantam um melhor acesso de suas economias ao mercado mundial” (BORGES, 2011, p. 22).

Num segundo momento, uma nova convergência regional entre os presidentes eleitos contribuiu para que a integração passasse a ser vista como meio de articular o interesse de diferentes Estados e forças políticas de reformar o ambiente internacional, em vista a participar nos assuntos internacionais e elaborar regimes mais favoráveis aos interesses dos países integrados. A América do Sul ganhou mais destaque na política externa brasileira ao mesmo tempo em que o Brasil buscou diversificar suas relações políticas e comerciais. Assim, alicerçada em parcerias estratégicas e cooperação Sul-Sul, o Brasil buscou maior equilíbrio junto aos países centrais e ampliou seu protagonismo internacional, visando aumentar seu poder de barganha para favorecer o desenvolvimento e a superação de dependências estruturais do país (CERVO, 2008; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Essa estratégia significou uma mudança de paradigma: a adoção do paradigma logístico como meio de atenuar os efeitos do neoliberalismo na vida política, econômica e social. O paradigma logístico consiste em “dosar o liberalismo às etapas do desenvolvimento agrícola, industrial e tecnológico e à salvaguarda de interesses nacionais”, uma mescla entre o paradigma desenvolvimentista e o neoliberal:

A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. Na esfera política, o paradigma logístico, como experiência brasileira e latino-americana, comprova uma criatividade ainda maior. Recuperar a autonomia decisória da política exterior sacrificada pelos normais e adentrar pelo mundo da interdependência, implementando um modelo de inserção pós-desenvolvimentista. Seu escopo final, a superação de assimetrias entre as nações, ou seja, elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas. Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual pode conviver em certa dose, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal, consignando aos Estados não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na realização de seus interesses. Limita a prevalência absoluta do Estado que caracterizava o primeiro e elimina do segundo a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado de prover tudo o mais. Por fim, o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente dos Estados Unidos, tido como protótipo do modelo. A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração empresarial e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar (CERVO, 2008, p. 85-86).

Ou seja, o Estado logístico apoia os empreendimentos públicos e – principalmente – privados, com a finalidade de estimular o fortalecimento interno de suas empresas e equipá-las para a expansão global. Concomitantemente, busca zelar pelo emprego e salário dos trabalhadores e ampliar o bem-estar do consumidor. Sob tais diretrizes, o Estado brasileiro busca investir diretamente no exterior, a partir de sua própria vizinhança. Em termos realistas, isso significa construir meios de poder para fazer valer vantagens comparativas “não mais naturais, mas intangíveis, como ciência, tecnologia e capacidade empresarial”, exercendo uma “adaptação da política exterior à interdependência global do século XXI”. A globalização é vista como oportunidade de negócios e a opção estratégica é pelos países emergentes que “reúnem no início do século XXI mais de cinquenta por cento da população, do comércio internacional, do consumo e das finanças do mundo” (CERVO, 2008, p. 88-89).

É nesse contexto que a integração com base no transporte, energia e comunicação, cerne da IIRSA, e investimentos brasileiros, ganham destaque na diplomacia brasileira.

A América do Sul e a integração regional

Desde a independência dos Estados latino-americanos diferentes iniciativas de integração regional apresentaram dificuldades de consolidação. Num primeiro momento, um grande movimento integracionista iniciado por Simón Bolívar foi frustrado pela disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra, uma vez que a América do Sul estava incluída num sistema de livre comércio pelo qual a Inglaterra produzia e exportava produtos industriais enquanto aos sul-americanos cabia a produção e exportação de produtos primários. Nessa disputa, prevaleceu na região o domínio inglês, baseado na clássica divisão internacional do trabalho (SOUZA, 2012, p. 89-93).

A segunda onda de integração foi bloqueada pela consolidação da hegemonia dos EUA. Objetivando formar uma área de livre comércio no continente, valeram-se de propaganda ideológica, expansionismo político, econômico e militar e fomentaram golpes militares na região – e o resultado foi o alinhamento político ao Departamento de Estado norte-americano, o que garantiu a abertura das economias para a entrada de capital estrangeiro e ingresso de empresas transnacionais (SOUZA, 2012, p. 94-102).

O Pacto Andino (1969) marcou uma nova etapa de integração. Em 1997 passou a denominar-se Comunidade Andina (CAN). Em 1991 firmou-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Inicialmente fundamentadas no regionalismo cepalino³, essas iniciativas modificaram sua natureza para aderir ao postulado neoliberal de livre comércio, transitando para o RA, também cepalino (GUIMARÃES, 2007, p. 179-180; SOUZA, 2012, p. 102-113).

Em 1994 deflagrou-se mais uma onda de integração regional que marcou o princípio da década de 2000, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A emergência de governos progressistas marcou o fracasso da ALCA: iniciativa dos EUA para criar um território econômico único com a livre movimentação de bens, serviços e capital, mas não mão-de-obra e tecnologia. Estabelecia regras uniformes para temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedades intelectuais, entre outras. O objetivo da ALCA contrapunha a ideia de um bloco econômico e político sul-americano e, conseqüentemente, restringia-se à execução de políticas nacionais e/ou regionais de desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2007, p. 181; SOUZA, 2012, p. 113-116).

A partir dessas ambivalências as iniciativas de integração latino-americanas tomaram outros rumos. Em 2004 foi fundada a Comunidade Sul-Americana das Nações que a partir de 2008 passou a ser designada por União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Integrada pelas doze nações sul-americanas⁴, visa uma integração multissetorial e inclui o MERCOSUL e a CAN. Outros projetos também ganharam destaque na região, é o caso da Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA), iniciativa venezuelana de 2004, e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), fundada em 2010.

Souza argumenta que a origem desses projetos é a busca pela superação da integração centrada apenas no comércio, pois as iniciativas apresentam a cooperação como critério central para desenvolver o conjunto da região e fortalecê-la no cenário internacional. A CELAC, em particular, visa realizar um concerto político e integrar os trinta e três países da América Latina e Caribe. Inclui Cuba e não inclui Canadá e EUA, o bloco conta apenas com países latino-americanos. Além de ser a iniciativa de integração mais abrangente de toda a história da integração latino-americana,

³ Os economistas da CEPAL, entre eles, Raúl Prebisch e Celso Furtado, diagnosticaram que o subdesenvolvimento era fruto da dependência externa e das arcaicas estruturas internas na América Latina. A solução seria a industrialização que, por sua vez, seria garantida com um projeto integracionista, alargando o mercado com a criação de um mercado regional, o que exigiria instalação de plantas industriais maiores e mais eficientes. Portanto, a integração seria condição para o desenvolvimento autônomo e endógeno da região (SOUZA; 2012, p. 96-97).

⁴ Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

também inaugura o retorno do México ao processo de integração latina. Em termos simbólicos, significa o distanciamento da América Latina do pan-americanismo e seu retorno ao latino-americanismo (SOUZA, 2012, p. 116-121).

No entanto, nenhuma dessas iniciativas tem consolidação garantida. Elas precisam estar em consonância para evitar disputas que inviabilize a integração, seja sul ou latino-americana. Somam-se a isso algumas resistências enfrentadas pela UNASUL, conforme mencionou Guimarães: preferência por celebrar acordos de livre comércio com os EUA; prioridade em fortalecer o MERCOSUL; demanda por uma organização mais audaciosa, com base na solidariedade e cooperação, não em preferências comerciais, projetos de investimentos e livre comércio (2007, p. 181). Em meio a esse cenário insere-se a IIRSA.

O mesmo autor argumenta que a construção de um espaço econômico e político sul-americano, seja ele economicista ou solidarista, depende da integração da infraestrutura, transporte, energia e comunicação (GUIMARÃES, 2007, p. 181-182). Nesse sentido, a IIRSA é um esforço de planejamento que precisa materializar-se. Contudo, em alguns casos, a posição brasileira não corresponde às expectativas de seus vizinhos que defendem uma integração mais cooperativa e solidária, uma vez que, apesar de toda importância dos vizinhos sul-americanos, o Brasil não se compromete com as chamadas políticas compensatórias.

Para um entendimento mais empírico referente à importância de políticas compensatórias, segue alguns indicadores econômicos e sociais da Bolívia, Peru e Brasil.

Panorama econômico e social

Este panorama econômico e social expressa algumas heterogeneidades e assimetrias que a integração precisará enfrentar.

Tabela 1 – Dimensões da Amazônia: Bolívia, Brasil e Peru.

Países	População 2013*	Área em km ²	Amazônias Nacionais km ²	Total da Amazônia %	Território Nacional Total %
Bolívia	10.670.000	1.098.580	724.000	10,91	65,87
Brasil	200.400.000	8.514.880	4.275.000	64,45	50,30
Peru	30.380.000	1.285.220	968.000	14,60	75,00
Total	241.450.000	10.898.680	5.967.000	89,96	

Fonte: Elaboração própria baseada em BORGES, 2011, p. 32. *Números atualizados. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/>. Acesso: 5 outubro 2014.

Através da Tabela 1 observa-se que, se por um lado, o Brasil detém 64.45% da Amazônia, ela representa 3/4 do território peruano e 65.87% do boliviano. Isso pode ser compreendido de diversas formas, inclusive, o impacto que uma política brasileira para a região pode significar para o Peru e a Bolívia.

Tabela 2 – Indicadores Econômicos.

Países	PIB US\$ bilhões		PIB - Crescimento Econômico %		PIB Per Capita PPP US\$		Inflação		IED US\$ milhões/bilhões	
	2008	2013	2008	2013	2008	2013	2008	2013	2008	2013
Bolívia	16.7	30.6	6.1	6.5	4.865	6.130	14	6.0	512	1.750
Brasil	1.653	2.246	5.2	2.3	12.809	15.034	5.7	7.6	50.716	80.843
Peru	121.6	202.3	9.1	5.8	8.882	11.775	5.8	1.7	6.923	10.172

Fonte: Elaboração própria baseada em: <http://data.worldbank.org/indicador>. Acesso: 5 outubro 2014.

Esses indicadores econômicos se coadunam com a sobreposição da dimensão territorial brasileira e reforçam a importância de políticas compensatórias partindo do Brasil para a Bolívia e o Peru. Peru e Bolívia, no período em questão, apresentam maior dinamismo econômico que o Brasil. No tocante ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, todos os três países tiveram avanços, mas a desigualdade – que é uma forte característica da região – faz com que seja necessário complementar essa avaliação com as duas tabelas seguintes. Sobre o Investimento Externo Direto (IED) vale ressaltar que, apesar de contribuir para o dinamismo econômico, também pode fragilizar a economia, a política e o desenvolvimento nacional, conforme conclusão de François Chesnais (1996) em seu estudo sobre a mundialização do capital. Nesse estudo o autor destacou a predominância do investimento internacional sobre o comércio internacional, de maneira que o investimento determina a produção e transação de bens e serviços em favor de instituições financeiras. Nesse caso, a disputa por IED e dependência do mesmo podem provocar equívocos nas decisões políticas e abrir espaço para ingerências externas.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Países	2013	2008	2000	1990	1980
Bolívia 113 (médio)	0.667	0.649	0.615	0.554	0.494
Brasil 79 (alto)	0.744	0.731	0.682	0.612	0.545
Peru 82 (alto)	0.737	0.707	0.682	0.615	0.595

Fonte: Elaboração própria baseada no relatório anual da UNDP, 2014.

O IDH corresponde a um método que consiste em educação, expectativa de vida e outras variáveis entendidas como essenciais para um padrão mínimo de qualidade de vida. Quanto mais próximo de 1, melhor a posição do país no ranking internacional.

Tabela 4 – População Vulnerável e em Situação de Pobreza.

Países	População Abaixo Linha Pobreza – US\$ 2/dia 1990-2005 %*	População Pobreza Multidimensional %	População Próxima Pobreza Multidimensional %	População Pobreza Severa %	População Abaixo Linha Pobreza - US\$ 1.25/dia 2002-2012 %	Total População Vulnerável %
Bolívia	42.2	20.6	17.3	7.8	15.6	61.3
Brasil	21.2	3.1	7.4	0.5	6.14	17.14
Peru	30.6	10.4	12.3	2.1	4.9	29.7

Fonte: Elaboração própria baseada no relatório anual da UNDP, 2014.

Fonte: UNDP, 2007.

Os indicadores de vulnerabilidade e situação de pobreza de uma parcela significativa da população precisam ganhar relevância nas decisões tomadas acerca dos projetos de integração e na adoção de modelos para o desenvolvimento. Entre os três, a Bolívia apresenta o quadro mais vulnerável.

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA: eixo Peru – Brasil – Bolívia

Nas últimas décadas a região amazônica vem ganhando bastante importância geoestratégica. As razões são diversas, conforme assinaladas por Borges – recursos humanos e naturais, problemas transnacionais, como o tráfico de drogas, destruição da floresta e biopirataria –, que também pontua que esse conjunto de elementos gera pressões que muitas vezes reivindicam a internacionalização da gestão da Amazônia (2011, p. 11). Isso se agrava quando a maioria dos países da região ainda não conseguiu atingir um patamar de desenvolvimento econômico que possa garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para seus nacionais.

Nos anos 90, em resposta a esse conjunto de elementos e à demanda por desenvolvimento, o Estado brasileiro enfraqueceu o paradigma desenvolvimentista e aderiu ao paradigma normal. Sob esse novo paradigma, nos dias 31 de agosto e 1 de setembro de 2000, Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com os Chefes de Estado de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Perú, Suriname, Uruguai e Venezuela. Também participaram da Reunião de Presidentes da América do Sul os Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporación Andina de Fomento (CAF)⁵.

Entre os temas abordados, estão: democracia, comércio, infraestrutura de integração, drogas ilícitas e delitos conexos, além de informação, conhecimento e tecnologia. A reunião reafirmou a formação e ampliação de um espaço econômico regional baseado no princípio do RA e reforçou o objetivo de criar uma área de livre comércio das Américas, com base na ALCA. Com a posterior alternância presidencial que resultou numa convergência progressista, a ALCA não se confirmou. Contudo, a IIRSA, lançada nessa reunião como um fórum de coordenação de ações intergovernamentais para articular os projetos de integração da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, foi incorporada pela UNASUL, em 2008, e passou a ser regida pelo Tratado Constitutivo da UNASUL e pelo Estatuto e Regulamento do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), uma instância de discussão política e estratégica criada em 2009. No ano de 2011 o COSIPLAN elaborou um Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022, resultado

⁵ Respectivamente: Fernando De la Rúa, Hugo Bánzer Suárez, Ricardo Lagos Escobar, Andrés Pastrana Arango, Gustavo Noboa, Bharrat Jagdeo, Luis Angel Ganzález Macchi, Alberto Fujimori, Ronaldo Venetiaan, Jorge Battle Ibanez, Hugo Chávez, Enrique Iglesias, e Enrique García. Comunicado de Brasília. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/01/comunicado-de-brasil>>. Acesso 13 agosto 2014.

do trabalho conjunto dos Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicação dos doze países signatários. Em resumo, a IIRSA diz respeito a uma carteira com mais de 500 projetos organizados em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs)⁶, como pode ser observado no Mapa 1.

Mapa 1: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).



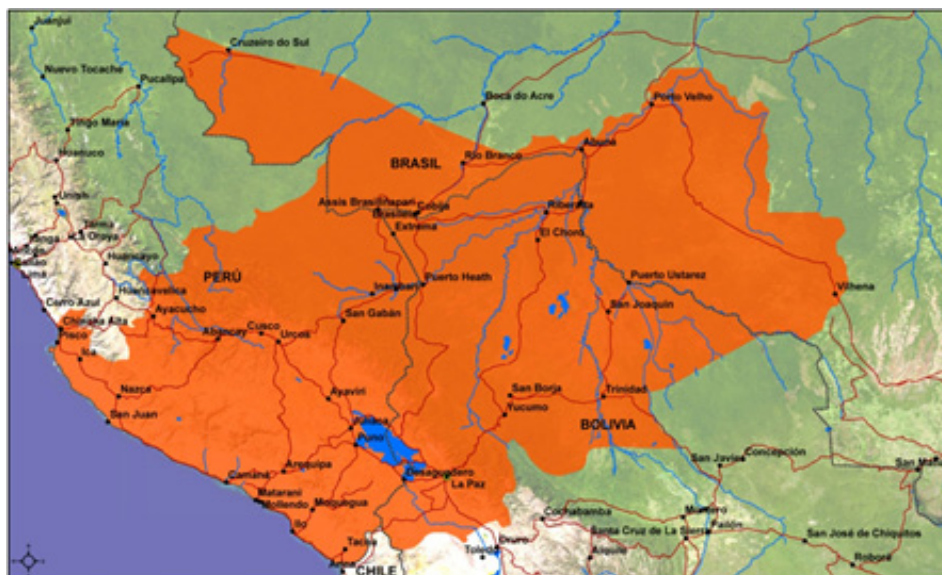
Fonte: www.iirsa.org. Acesso em: 13 agosto 2014.

A área de influência do Eixo Peru–Brasil–Bolívia abarca os departamentos de: Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Madre de Dios e Puno (Peru); Pando, Beni e La Paz (Bolívia); estados do Acre e Rondônia (Brasil). Essa tríplice fronteira localiza-se numa pequena área costeira e serrana, e numa grande área florestal, conforme Mapa 2⁷.

⁶ Eixos: 1 – Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); 2 – Andino do Sul (região andina fronteira com Chile e Argentina); 3 – Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai); 4 – Hidrovia Paraguai-Paraná; 5 – Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) 6 – Escudo das Guianas (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela); 7 – Sul (Argentina e Chile); 8 – Interoceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru); 9 – MERCOSUL-Chile; 10 – Peru-Brasil-Bolívia. Informações disponíveis em www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

⁷ De acordo com cálculos realizados em 2008, esse eixo conta com a menor densidade demográfica e representa 4.4% da população total dos três países, sendo 10.125.493 habitantes de 227.854.457. A superfície corresponde a 1.146.871 km² de 10.898.629 km². Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 outubro 2014.

Mapa 2 : Eixo Peru – Brasil – Bolívia (área de influência).



Fonte: www.iirsa.org. Acesso em: 13 agosto 2014.

O eixo em questão está dividido em três grupos, conforme breve apresentação.

Grupo 1: Corredor Porto Velho – Rio Branco – Assis – Puerto Maldonado – Cusco/Juliaca – Portos do Pacífico.

Projeto	País	Sector	Tipo de Obra	Status
Pavimentação Iñapari – Puerto Maldonado – Inambari, Inambari – Juliaca/Inambari – Cusco	Peru	Transporte Rodoviário	Ampliação da capacidade rodoviária	Concluído
Melhoramento do aeroporto de Juliaca	Peru	Transporte Aéreo	Ampliação/adequação de aeroporto	Em execução
Melhoramento do aeroporto de Arequipa	Peru	Transporte Aéreo	Ampliação/adequação de aeroporto	Em execução
Passo de fronteira e construção do Centro Binacional de Atenção a Fronteira (CEBAF) Peru – Brasil	Brasil Peru	Passo de Fronteira	Infraestrutura para controle fronteiriço	Concluído
Ponte sobre o Rio Acre	Brasil Peru	Transporte Rodoviário	Construção ponte rodoviária	Pré-execução
Melhoramento do aeroporto de Puerto Maldonado	Peru	Transporte Aéreo	Ampliação/adequação de aeroporto	Em execução

Linha de transmissão San Gabán – Puerto Maldonado	Peru	Inter-conexão Energética	Interligação energética	Concluído
Seção 1 da rodovia Interocceânica IIRSA Sul: San Juan de Marcona – Abancay – Cusco – Urcos	Peru	Transporte Rodoviário	Reabilitação do asfalto e infraestrutura	Concluído

Fonte: Elaboração própria baseada em: <http://www.iirsa.org>. Acesso: 10 outubro 2014.

Os projetos do primeiro grupo correspondem à microrregião sul do Peru e aos estados do Acre e Rondônia. Visam facilitar o acesso aos mercados internacionais, em especial, pela Bacia do Pacífico. O Brasil e o Peru compartilham 2.822 km de fronteira com uma rede viária entre Iñapari (Madre de Dios) e Assis (Acre)⁸.

Grupo 2: Corredor Rio Branco – Cobija – Ribalta – Yucumo – La Paz.

Projeto	País	Setor	Tipo de Obra	Status
Ponte internacional sobre o Rio Marmoré entre Guayaramerín (Bolívia) e Guajará-Mirim (Brasil)	Bolívia Brasil	Transporte Rodoviário	Construção ponte rodoviária	Pré-execução
Rodovia Guayaramerín – Ribalta / Yucumo – La Paz	Bolívia	Transporte Rodoviário	Pavimentação	Em execução
Rodovia Cobija – El Choro – Ribalta	Bolívia	Transporte Rodoviário	Pavimentação	Em execução
Rodovia Yucumo – Trindade	Bolívia	Transporte Rodoviário	Pavimentação	Pré-execução
Rodovia Cobija – Extrema	Bolívia	Transporte Rodoviário	Pavimentação	Em execução
Passo de fronteira San Lorenzo (Peru) – Extrema (Bolívia)	Bolívia Peru	Passo de Fronteira	Infraestrutura para controle fronteiro	Em estudo
Ponte sobre o Rio Madeira em Abuna (BR-364/RO)	Brasil	Transporte Rodoviário	Construção ponte rodoviária	Pré-execução
Ponte internacional sobre Igarapé Rapiaran entre Plácido de Castro (Brasil) e Montevideo (Bolívia)	Brasil Bolívia	Transporte Rodoviário	Construção ponte rodoviária	Em estudo
Passo de fronteira Tilali (Peru) – Puerto Acosta (Bolívia)	Bolívia Peru	Passo de Fronteira	Infraestrutura para controle fronteiro	Em estudo

Fonte: Elaboração própria baseada em: <http://www.iirsa.org>. Acesso: 10 outubro 2014.

⁸ INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA. Eje Perú – Brasil – Bolívia. Visión de Negocios. Lima, 2003. 65 p. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

Esse grupo opera na região MAP (acrônimo para Madre de Dios, Acre e Pando) e visa interligá-la ao eixo central boliviano. A Bolívia e o Peru compartilham 1.047 km de fronteira e não dispõem de interconexão viária pela Amazônia. Suas embarcações utilizam pequenos cursos de água sazonal para transportar mercadorias em pequena escala e de forma esporádica. Entre a Bolívia e o Brasil há 3.126 km de fronteira com diferentes interconexões de rede viária, como Cobija/Pando com Brasília/Acre e Guayaramerín/Beni com Guajará-Mirim/Rondonia, além de algumas conexões fluviais⁹. A região MAP é caracterizada pela

distância e isolamento de seus respectivos centros nacionais de poder político, cultural, econômico e financeiro; isso traduz-se em: débil presença do Estado; escassez de investimentos; dependência do Governo Central; desenvolvimento baseado em atividades extrativistas da florestas, que são submetidas a processos incipientes de transformação; indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional, etc¹⁰.

Grupo 3: Corredor Fluvial Madeira – Madre de Dios – Beni.

Projeto	País	Sector	Tipo de Obra	Status
Navegação do Rio Madeira entre Porto Velho e Guajará-Mirim	Brasil	Transporte Fluvial	Melhorar a navegabilidade	Em estudo
Hidrelétrica Cachiela Esperanza (Rio Madre de Dios – Bolívia)	Bolívia	Geração de Energia	Instalação hidrelétrica	Pré-execução
Hidrovia Ichilo – Marmoré	Bolívia	Transporte Fluvial	Melhorar a navegabilidade	Pré-execução
Navegabilidade do Río Beni	Bolívia	Transporte Fluvial	Melhorar a navegabilidade	Em estudo
Hidrovia Madre de Dios e Porto Fluvial	Bolívia	Transporte Fluvial	Melhorar a navegabilidade	Em estudo
Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Hidroelétrica Santo Antonio e Hidroelétrica Jirau)	Brasil	Geração de Energia	Instalação hidrelétrica	Em execução
Hidrelétrica Binacional Bolívia – Brasil	Bolívia Brasil	Geração de Energia	Instalação hidrelétrica	Em estudo

⁹ INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA. Eje Perú – Brasil – Bolívia. Visión de Negocios. Lima, 2003. 65 p. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

¹⁰ Ibid., p. 7. Tradução nossa.

Linha de transmissão entre as duas centrais hidrelétricas do Rio Madeira e o Sistema Central	Brasil	Inter-conexão Energética	Interligação energética	Em execução
--	--------	--------------------------	-------------------------	-------------

Fonte: Elaboração própria baseada em: <http://www.iirsa.org>. Acesso: 10 outubro 2014.

O Grupo 3 visa consolidar uma via de integração fluvial para facilitar a logística de transporte das regiões de Madre de Dios, Rondônia, Pando e Beni, além de ampliar a oferta e abastecimento de energia¹¹.

Até a presente data, quatro obras foram concluídas, sete estão em estudo, seis em pré-execução e oito em execução. Entre os setores abrangidos, dez correspondem ao transporte rodoviário, três ao transporte aéreo, cinco ao setor energético, três ao controle fronteiriço e quatro ao transporte fluvial. As obras estão distribuídas da seguinte forma: dezoito obras nacionais (oito na Bolívia, seis no Peru e quatro no Brasil) e sete obras binacionais (três no Brasil-Peru, duas no Brasil-Bolívia e duas na Bolívia-Peru).

O atual estágio das obras dificulta uma avaliação concreta em termos de impactos diretos e/ou indiretos, negativos e/ou positivos. Porém, a IIRSA – no que diz respeito ao desenvolvimento regional e à população local, entre outros fatores – necessita de estudos prognósticos e análises que possam apontar seus impactos, falhas e equívocos, destacando os desafios para evitar custos humanos e a reprodução de injustiças sociais, além de julgar a viabilidade dos projetos para a integração regional.

Possibilidades e desafios

Em teoria, o objetivo da IIRSA não se limita à integração física, sendo a redução das assimetrias parte da estratégia de integração. Contudo, para materializar-se, serão necessários programas específicos com a participação dos povos dos respectivos Estados nacionais. Além da integração da infraestrutura física,

em termos de rodovias, pontes, ferrovias e de energia é essencial a integração das comunicações aéreas, pela sua importância para a economia e a política, assim como da mídia, em

¹¹ INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA. Eje Perú – Brasil – Bolívia. Visión de Negocios. Lima, 2003. 65 p. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

especial a televisão, essencial à formação do imaginário sul-americano, através do conhecimento da vida política, econômica e social dos países da região, hoje desconhecida do grande público e, portanto, fonte de toda sorte de preconceitos e manipulações que envenenam a opinião pública e afetam os discursos, as atividades e as decisões políticas (GUILMARÃES, 2007:182-183).

Isso nos leva a uma das críticas à IIRSA, a qual entende que os projetos de obras físicas privilegiam uma vertente comercial que ignora os diferentes grupos étnicos presentes nas regiões fronteiriças, em outras palavras, não promove uma integração que não seja baseada no comércio e consumo¹². É nesse sentido que Castro tece críticas severas e destaca que apesar da fronteira ser “produtora de redes de sociabilidade e de conflitos, com base nos grupos que a conformam, tendo caráter econômico, social, político e étnico” (2009, p. 122), o que tem prevalecido nos projetos da IIRSA é o caráter econômico, e isso pode alimentar conflitos em relação aos outros três caracteres. O desafio seria incluir a participação e contribuição da população dos Estados partícipes e promover e/ou fortalecer laços entre os povos.

Essas críticas nos remetem à questão cultural, considerada de extrema relevância dada a existência de múltiplas identidades culturais entre os povos da América do Sul:

[...] a integração latino-americana defronta-se com o desafio de resolver adequadamente a questão cultural. Há muitas identidades culturais entre os povos da região, a começar pelas expressões linguísticas de raiz latina, mas a diversidade cultural. O grande desafio consiste em realizar a integração cultural sem submeter uma cultura a outra ou sem borrar a diferença, mas preservando, como elemento criativo, a rica diversidade de culturas que caracteriza os povos latino-americanos. Para isso é importante que cada povo ou etnia, ao mesmo tempo que valorize sua cultura, conheça e valorize a cultura do “outro”, que simultaneamente é parte do “nós” (SOUZA, 2012, p. 124).

Outro desafio é fazer com que o projeto de integração cesse enquanto projeto de governos nacionais para tornar-se projeto de Estados nacionais. Em outras palavras, para o projeto de integração deixar de ser projeto de governo e transformar-se em projeto de Estado, o único caminho é, primeiro, transformar a integração em projeto dos povos. Isso requer tanto participação nos benefícios como participação nas decisões que envolvem o processo integracional (SOUZA, 2012, p. 123).

Outra crítica diz respeito à diferenciação no trato entre Cone Sul e região amazônica. Há “muita desigualdade no trato das relações entre os países da região”, o

¹² Para maiores detalhes, consultar: ALAYZA; GUDYNAS, 2012.

Cone Sul concentra a maior parte dos estudos “referentes às relações regionais ou bilaterais, ao passo que os países andinos carecem de atenção, tanto sob o ângulo das formas nacionais quanto das relações bilaterais e regionais” (CERVO, 2008, p. 196). O mesmo autor acrescenta que mesmo com o Tratado de Cooperação Amazônica, 1978, essa carência não foi preenchida pela comunidade acadêmica. Sobre essa questão, Guimarães assinala ser a América do Sul o centro da política externa brasileira, mas tem o MERCOSUL como núcleo e a Argentina como cerne, o que nos remete ao desafio da UNASUL em adotar a solidariedade e a cooperação como meio de superação de tais assimetrias (2007, p. 181).

De acordo com as observações feitas por Cervo, um dos problemas a ser superado é o fato da diplomacia e da sociedade nem sempre marcharem conectadas e, no caso brasileiro, a diplomacia é distante da sociedade. O autor complementou que, embora os líderes políticos tenham papel relevante na gênese dos processos de integração, estes somente vingam quando as forças das sociedades – intelectuais, empresários, agricultores, opinião pública etc. – envolvem-se diretamente (CERVO, 2008, p. 156-157).

A concepção de desenvolvimento também recebe críticas. Borges argumenta que desenvolvimento implica conservação (uso econômico não destrutivo) e um processo de redistribuição no qual os beneficiários primários devem ser os habitantes da região em questão, para depois beneficiar outros grupos sociais e regiões necessitadas do país. Essa seria a condição *sine qua non* para o desenvolvimento integral e auto-sustentado. Porém, “logicamente isso só pode ser executado com melhores níveis de conhecimento sobre a Amazônia” (2011, p. 33). O autor também nos remete a uma assertiva da Teoria da Dependência acerca da dinâmica do capitalismo mundial. Essa assertiva foi assinalar que a característica mais importante do sistema mundial é funcionar como sistema integrado que extrai excedentes econômicos e transfere riquezas da periferia para os centros. Isso se configura pela ausência de recursos nos países periféricos para seu próprio desenvolvimento, o que impossibilita a apropriação de excedentes produzidos localmente, dificultando a redução do gap econômico, tecnológico e militar que os separam dos países ricos, condenando-os à dependência. A reprodução dessa dinâmica pelo Brasil na América do Sul fomenta avaliações críticas em relação aos interesses e ação brasileira no plano regional, representando significativos obstáculos para o pretendido protagonismo brasileiro. (p. 40-44).

Castro critica a orientação governamental para a “integração de mercados com os países que se alinham nas amplas fronteiras da região amazônica, mas com vistas

a mercados mais distantes como os asiáticos, europeus e americanos” (2009, p. 114). Isso nos faz pensar numa “diplomacia de generosidade”, expressão utilizada pelo ex-presidente Lula ao referir-se ao potencial e tamanho do Brasil na região, o que seria suficiente para recomendar aos importadores domésticos que se compre mais dos países vizinhos, independente de desvantagens relativas acerca dos preços, pois esse seria um meio de equilibrar o fluxo do comércio e contribuir para a prosperidade regional (BORGES, 2011, p. 50). Esse seria um meio para o Brasil assumir custos envolvidos no processo de integração regional, fortalecendo-se como líder nesse processo.

A atuação de empresas brasileiras na região sul-americana também alimentam críticas contrárias a IIRSA. Algumas dessas críticas dizem respeito à qualidade dos serviços prestados. Em alguns casos, desrespeitam legislações nacionais e atuam de maneira predatória, além de não reinvestir os lucros e tampouco gerar empregos. Isso contribui pra que recebam o rótulo de subimperialistas¹³.

[...] a Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que agora está sendo acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento. Os impactos ambientais, sociais e trabalhistas das atividades da mineradora Vale vem sendo sofridos por populações e trabalhadores no Peru, Indonésia, Canadá, e outros países onde ela opera (GARCIA, 2009, p. 16).

Essas críticas e denúncias, no caso da IIRSA materializam-se em resistências populares e faz com que a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também seja alvo de críticas. Por exemplo, os valores desembolsados pelo BNDES para as usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, apesar das dúvidas em relação à viabilidade econômica e ambiental dessas obras, evidenciando que os investimentos foram realizados sem os critérios socioambientais e sem mecanismos de acompanhamento de impactos dos projetos financiados (MARACCI, 2012, p. 20-21).

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia (SRTE/RO), as hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau receberam, cada uma, mais de mil autuações por violações à legislação trabalhista. Esta situação decorre do elevado nível de

¹³ Para maiores detalhes sobre o uso do rótulo subimperialista e críticas à atuação do BNDES, consultar: BORGES, 2011; INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al. (Orgs.), 2009; LOPES PINTO, 2012; RODRÍGUEZ, 2014; ALAYZA; GUDYNAS, 2012.

terceirização dos empregos e da intensa precarização do trabalho, incluindo casos comprovados de trabalho escravo. (...) Nesse contexto de dramáticos conflitos sociais e ambientais, as cooptações, perseguições, criminalizações e ameaças de morte, entre outras ações por parte das empresas, em parceria com forças policiais militares e da área judicial, compõem praticamente o cotidiano de pessoas, comunidades, movimentos e entidades civis que integram os coletivos de resistência às violações dos direitos aqui tratados. Este processo é verificado em todos os oito casos de megaprojetos trazidos nesta publicação. É bastante fácil constatar o forte aparato policial que fornece segurança às empresas construtoras, como a situação em pleno curso vivida pelos trabalhadores da construção da UHE Belo Monte e do complexo hidrelétrico no Rio Madeira. Mais grave ainda são as denúncias do uso de milícias na segurança da TKCSA. As greves dos operários dos canteiros de obras destes empreendimentos denunciam situações de superexploração do trabalho, com longas jornadas e baixos salários, falta de atendimento adequado à saúde, problemas de transporte e segurança, incluindo demissões e ameaças de demissão (MARACCI, 2012, p. 25).

Dourojeanni et al. (2009) critica a promoção da IIRSA como vetor do desenvolvimento sul-americano e questiona os interesses do Brasil nesses projetos, além de apontar que o papel do Peru é apenas o de colocar “à venda ou oferecer em licitação suas necessidades aparentes de infraestrutura e seus recursos naturais”, enquanto as obras previstas na Amazônia peruana contemplam necessidades brasileiras, por exemplo: escoar parte de sua produção para a Ásia pelos portos do Pacífico; aproveitar recursos peruanos, como fosfatos de Bayóvar; satisfazer suas necessidades de energia elétrica com base no potencial peruano e; estender sua influência econômica (apud BORGES, 2011, p. 102-103).

Soma-se a essas críticas o custo de algumas obras, os impactos ambientais em regiões de alta fragilidade ambiental – é o caso da região designada por MAP –, possíveis transferências de riscos da concessionária para o Estado, os privilégios das empreiteiras brasileiras e sua participação de destaque nos financiamentos de campanhas políticas no Brasil, a possibilidade dos ganhos econômicos serem menor que os estimados pelos estudos de factibilidade, a (não) transparência dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA),¹⁴ e as resistências locais.

Sob diversas formas de organização coletiva, atores locais, em toda a extensão amazônica, tem-se mobilizado para defesa de seus interesses, afirmando suas diferenças e reivindicando direitos sociais, étnicos e territoriais, sejam eles povos indígenas, pequenos agricultores, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, atingidos por barragens, ou por projetos de grandes investimentos, ou outras categorias de identidade política. Em áreas de fronteira tem sido fortalecida as articulações de movimentos sociais reunindo varias nacionalidades [...]. In-

¹⁴ Para maiores detalhes, consultar: BORGES, 2011.

tegração política, estratégica e territorial muito concreta existe nas fronteiras entre Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador que compõem a grande faixa fronteiriça da Amazônia Ocidental [...]. Os temas de discussão nesses fóruns são variados [...]. Alguns fragmentos mostram a diversidade desses temas, e seus impactos locais: como enfrentar as consequências do avanço de empresas e do consequente desmatamento que ocorre no leste do Peru, a exploração madeireira que avança em direção da Bolívia [...] (CASTRO, 2009, p. 123-124).

Essas articulações corroboram a existência de variadas formas de sociabilidade entre os povos de diferentes nacionalidades e, em certa medida, um desconhecimento acerca “das experiências sociais e do campo de trocas, materiais e simbólicas, que atravessam as relações e conformam a vida social e as relações com a natureza nessas regiões” (CASTRO, 2009, p. 124). Nesses encontros os povos organizados, muitas vezes, redigem cartas de princípios com propostas para políticas públicas no que concerne a vida local, mas seus encontros e suas demandas e propostas são invisibilizados¹⁵.

Por último, é importante mencionar que as relações entre Brasil-Peru e Brasil-Bolívia, países de grande importância estratégica para o Brasil, necessitam de maior equilíbrio.

[...] se essas relações não forem tratadas de maneira mais equilibrada pela parte brasileira, os resultados poderão ser frustrantes. Isso pode acarretar muitos movimentos de resistências a atuação das empresas e também da diplomacia brasileira nesse estratégico vizinho. Uma forma de evitar futuros conflitos é aprofundar os conhecimentos sobre esse vizinho amazônico, identificando as expectativas e necessidades dos peruanos em relação ao Brasil. Dessa maneira se poderão construir reais projetos de cooperação entre esses dois países, com possibilidades de ganhos mútuos que vai além do puro lucro econômico de um pequeno grupo de empreiteiras brasileiras (BORGES, 2011, p. 104).

O autor faz referência ao Peru, no entanto, entendemos que essa mesma observação aplica-se à Bolívia, apesar da Bolívia ter sido contemplada com política

¹⁵ Um exemplo é a “Declaración de la II Cumbre Regional Amazónica: Vida Plena frente al IIRSA y Desarrollismo”. A II Cúpula Amazônica dos Povos Indígenas foi realizada no final de 2013 na Colômbia, convocada pela Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), contou com a participação de nove países: Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Venezuela e Suriname. O objeto central da Cúpula foi a IIRSA, compreendida como “um ambicioso projeto de reordenamento territorial cujo objetivo é, mediante a definição de rotas multimodais (hidrovia, rodovias, vias férreas), reordenar uma ampla extensão do território da América do Sul para servir as exigências do mercado mundial, aprofundando a visão extrativista que constitui uma séria ameaça para a vida e culturas dos povos indígenas” (tradução nossa). Disponível em: <<http://laboratoriosdepaz.org/vida-plena-amazonica-frente-al-iirsa-y-el-desarrollismo-declaracion-de-la-ii-cumbre-regional-amazonica-de-los-pueblos-indigenas/>>. Acesso: 10 outubro 2014.

compensatória em termos de trocas comerciais. Esses desequilíbrios, além de poder frustrar toda uma iniciativa de integração regional, contam com outro agravante: a incidência de conflitos de maiores proporções. O desafio é a construção de projetos de cooperação, e esse desafio ganha novas dimensões ao considerar imprescindível a participação das populações locais.

Considerações Finais

Os argumentos favoráveis a IIRSA ganham sentido ao apontar a importância e necessidade de estimular o crescimento econômico, integrar a produção e o comércio, gerar emprego e renda, garantir acessibilidade a determinadas regiões e, assim, aprofundar a integração sul-americana, contemplando suas vertentes políticas, sociais, culturais e econômicas. Contudo, as graves denúncias de relações espúrias e exclusão das populações locais dos processos decisórios podem resultar em conflitos de diversos níveis, além de colocar em xeque a própria iniciativa de integração.

O paradigma logístico beneficia o país em termos de competitividade nas relações econômicas internacionais, além de ampliar o protagonismo brasileiro e contribuir para a tentativa de equilibrar o sistema internacional por meio de políticas multilaterais. Por outro lado, as especificidades da América do Sul demandam outro paradigma de política externa e concepções de desenvolvimento que visem contemplar as necessidades e os desafios da região. Nesse sentido, uma diplomacia de generosidade e a adoção de medidas compensatórias podem viabilizar o enfrentamento dos desequilíbrios entre Brasil-Bolívia e Brasil-Peru, além de evitar a reprodução da clássica divisão internacional do trabalho na região. Em outras palavras, as assimetrias entre os países precisam ser corrigidas e a solidariedade deve prevalecer em relação à competitividade.

A incorporação da IIRSA pela UNASUL é compreendida como um avanço já que a UNASUL objetiva aprofundar as relações na esfera política, cultural, social e econômica. Porém, os trâmites técnicos e diplomáticos permanecem distantes da sociedade. Isso desencadeia muitas críticas e questionamentos em relação à legitimidade das obras, projetos e processos decisórios e, em casos mais alarmantes, alimenta posições contrárias ao próprio projeto de integração. Essa carência de sustentação social reduz a força política e, conseqüentemente, contribui para um enfoque comercial baseado na competição em detrimento da cooperação, privilegiando empresas

mais competitivas. Isso pode fragilizar ainda mais os países com graves problemas sociais e aprofundar as vulnerabilidades internas e assimetrias nas relações externas.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em dezembro de 2014.

Referências Bibliográficas

ALAYZA, Alejandra; GUDYNAS, Eduardo (Eds.). Transiciones y alternativas al extractivismo en la región andino – Una mirada desde Bolivia, Ecuador y Perú. Lima: Centro Peruano de Estudios Sociales – CEPES, 2012. 131 p.

BORGES, Fabio. As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto. 2011. 189 p. Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

CASTRO, Edna. Integração Sul-Americana do IIRSA – visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIRA, Alfredo Wagner Berno de.; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório Comova/UFGA, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. 298 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora UNB, 2008. 560 p

CHESSAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COMUNICADO DE BRASÍLIA. Brasília, 1º de septiembre de 2000. 12 p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/01/comunicado-de-brasilia>>. Acesso: 13 agosto 2014.

GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al (Orgs.). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 248p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. Comunicação e política, v. 25, n 3, p. 169-189, 2007.

INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al (Orgs.). Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 248p.

INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA - IIRSA. Eje Perú – Brasil – Bolivia. Visión de Negocios. Lima, 2003. 65 p. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

_____. Visión de Negocios del Eje Perú-Brasil-Bolivia. Buenos Aires, 2008. 40 p. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso: 10 maio 2014.

LOPES PINTO, João Roberto (Org.). Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza – um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras. 1ª edição. Brasília: Rede Brasil, 2012. 201p.

MARACCI, Marilda Teles. Megaprojetos e violações de direitos. In: LOPES PINTO, João Roberto (Org.). Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza – um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras. 1ª edição. Brasília: Rede Brasil, 2012. 201p.

RODRÍGUEZ, Inti. Vida plena Amazónica frente al IIRSA y el desarrollismo: Declaración de la II Cumbre Regional Amazónica de los Pueblos Indígenas. Laboratorio de Paz, 19 jan. 2014. Disponível em: <<http://laboratoriosdepaz.org/vida-plena-amazonica-frente-al-iirsa-y-el-desarrollismo-declaracion-de-la-ii-cumbre-regional-amazonica-de-los-pueblos-indigenas/>>. Acesso: 10 outubro 2014.

SOUZA, Nilson Araújo de. “América Latina: as ondas da integração”. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. Human Development Report 2014. New York, 2014. 239 p. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2014-human-development-report.html>>. Acesso: 5 outubro 2014.

_____. Fighting Climate Change: Human Solidarity in a Divided World. Human Development Report 2007/2008. New York, 2007. 399 p. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf>. Acesso: 5 outubro 2014.

VIGEVANI & CEPALUNI. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2007.

VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Tempo Social – USP, São Paulo, p. 31-61, 2003.

Websites

INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA – IIRSA: www.iirsa.org. Acesso: 5 junho 2014.

THE WORLD BANK: www.worldbank.org. Acesso: 5 outubro 2014.